

ORIENTAÇÃO SEXUAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Andréa Cristina Martelli¹
UNIOESTE/ Cascavel

Resumo: O presente artigo problematiza a inclusão da “Orientação Sexual” no currículo oficial e as dificuldades recorrentes entre os professores e as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, no trato deste tema. Para alcançarmos o objetivo, analisamos os pressupostos teórico-metodológicos apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, com base nas leituras de alguns teóricos, principalmente, Foucault (2005), nos dados empíricos e nas experiências docentes acerca do tema. A pesquisa de campo foi realizada a partir de questionários aplicados junto a quarenta e quatro professores e professoras da rede municipal de ensino de Cascavel - Paraná. No decorrer do texto, as respostas mais recorrentes serão destacadas. A partir desse estudo, percebemos que a ação docente no tocante a temática de sexualidade não se orienta, exclusivamente, pelos documentos oficiais, pautando-se, antes, no processo de formação e nas experiências sociais precedentes ao exercício da profissão.

Palavras-chave: Sexualidade; professor; orientação sexual.

O presente artigo problematiza a inclusão da Orientação Sexual no currículo oficial na década de noventa do século passado, bem como as dificuldades recorrentes entre professores e professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental no trato da temática em questão.

Como principais reflexões do estudo, destacamos que, embora se considere relevante a importância do trabalho com o tema da sexualidade junto aos alunos e às alunas do ensino fundamental, prevalece, nos PCNs e nas práticas docentes, uma visão biologizante da sexualidade, descolada dos condicionantes econômicos, culturais, sociais, políticos e históricos. Além disso, segundo os professores e as professoras entrevistados, os currículos de cursos voltados para a formação inicial e continuada dos e das docentes desconsidera o tema da sexualidade, o que dificulta um trabalho capaz de problematizar as formas como a sexualidade e suas manifestações têm sido vivenciadas, construídas e regularizadas na sociedade.

Em nossa perspectiva, discutir a sexualidade não se reduz a aprender a estrutura dos órgãos genitais, nem diferentes formas de contracepção ou de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, mas significa, sim, problematizar o uso do corpo e seus

¹ Doutora em Educação e professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- *Campus* de Cascavel. Integrante do grupo de pesquisa Violar/Unicamp e pesquisadora do PECLA/Unioeste.

prazeres. Restringir a sexualidade aos genitais limita os usos dos corpos e nossas potencialidades de vivenciar múltiplos prazeres.

Nesse aspecto, em relação aos cursos de formação de professores e professoras, não acreditamos na inclusão no currículo de disciplinas que abordem a sexualidade somente em seu caráter biológico ou psicológico e, sim, em disciplinas que fundamentem suas discussões nas falas e nas vivências a respeito das sexualidades, na desconstrução de imaginários cristalizados de relações de gênero, desvelando possibilidades do corpo e dos seus prazeres. Problematizando os desconhecimentos, as informações errôneas, os preconceitos, os comportamentos marginalizados, as inverdades e as imagens – nossas compreensões e vivências sobre a sexualidade. “Mais do que nunca nos percebemos vulneráveis, sem qualquer preparo para enfrentar os choques e desafios que aparecem em toda parte” (LOURO, 2008, p. 41), principalmente, quando revolvem nosso chão cristalizado de conceitos e práticas pedagógicas.

Na década de noventa, com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs² e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, oficializa-se a proposta do trabalho pedagógico sobre a Orientação Sexual, com a sua introdução como Tema Transversal³ no currículo oficial, configurando-se em um novo desafio para as escolas e seus profissionais, visto que, a partir de então, a responsabilidade da discussão sobre a sexualidade, oficialmente, é atribuída também à escola.

A perspectiva metodológica orientadora da proposta é o tratamento das temáticas sociais na escola sob a ótica da transversalidade, em outras palavras “todas as disciplinas tratariam, de acordo com sua área do conhecimento, dos temas transversais” (NUNES e SILVA, 2000, p. 63). O objetivo da transversalidade da Orientação Sexual seria, então, romper com a característica apenas biológica⁴ direcionada a esta, sobretudo nas aulas de Ciências e com recortes reduzidos e limitados. No entanto, o conceito de transversalidade dos PCNs não foi apropriado pelos professores e professoras, pois, ainda, habita entre os mesmos a aceção de que *a sexualidade é conteúdo de ciências*⁵.

² No decorrer do texto utilizar-se-á a sigla PCNs para designar Parâmetros Curriculares Nacionais.

³ Temas transversais são conteúdos de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si os conteúdos e atitudes e ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados a partir do currículo escolar (NUNES, 2000, p. 63).

⁴ Reconhecemos que “A biologia é a base primeira do homem e determina o ciclo de sobrevivência, mas o novo ser que surge (sic) é construído pelas trocas com o mundo ao redor, que empresta um sentido e significado a cada vida” (GUIMARÃES, 1995, p. 31).

⁵ No decorrer do texto usaremos itálico para destacar as respostas dos professores e das professoras.

A partir disso, a indagação pertinente seria como os professores e professoras, em sua maioria, sem preparação teórica e metodológica advinda de cursos de formação inicial, materializarão no seu cotidiano a orientação sexual? Não nos parece coerente, nem se constitui como nosso foco de compreensão, culpabilizar o professor e a professora por essa carência, mas sim, reconhecer que mais uma vez a escola e seus profissionais são bombardeados por políticas educacionais, sem condições pedagógicas propícias para materializá-las no seu cotidiano com os alunos e alunas.

Diante dessas proposições, indagamo-nos qual é o lugar atribuído à sexualidade na escola: o quadro ou a gaveta? A Orientação Sexual oficializada nos PCNs não se constituiria em mais um dispositivo da sexualidade criado pela sociedade, a fim de controlar o aluno e a aluna, futuros cidadãos e futuras cidadãs? Para atingir esse controle desejado, é fundamental que os alunos e as alunas revelem suas vivências, seus pensamentos, seus desejos, suas fantasias, seus medos, seus anseios a respeito da sua sexualidade. De outro modo, ensinamos desde a mais tenra idade às crianças a necessidade de confessar sua sexualidade ao adulto e a adulta, “[...] aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 59).

Por conseguinte, a sociedade moderna precisou desenvolver mecanismos de controle sobre a sexualidade. Segundo Foucault (2005), o poder disciplinar pode produzir “corpos dóceis” (ou não), controlados e regulados em suas atividades, em vez de espontaneamente capazes de atuar sobre os impulsos do desejo. Há o imperativo de vigiar e controlar a sexualidade e, não, necessariamente, inibir as suas práticas, pois “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*” (FOUCAULT, 2005, p. 36).

Na sociedade, muitas vezes, as compreensões de que as crianças são assexuadas persistem, visto que as manifestações da sexualidade infantil são atribuídas à influência dos adultos e possuem a conotação de algo feio, sujo e pecaminoso. No entanto, desde os estudos de Freud (1856-1939), sabe-se da existência e da importância da sexualidade para o desenvolvimento de crianças e jovens. “Antes de Freud, nenhum autor reconheceu a existência de um instinto sexual infantil” (NEREA, 1941, p. 62). Para este autor,

A verdade é que o recém-nascido já traz com ele a sexualidade. Certas sensações sexuais lhe acompanham o desenvolvimento através do

período de lactação e da época infantil, sendo bem poucas as crianças que chegam à puberdade sem passar por atividades e sensações sexuais (ibid., p. 15).

Os primeiros conceitos de sexualidade infantil datam do início do século XX, no entanto, estes são desconhecidos pela maior parte dos profissionais que atuam diretamente com as crianças, inclusive os professores⁶: *Ainda não trabalho essa temática, porque leciono para a segunda série, as crianças são muito novinhas, acredito que os professores da quarta série em diante irão trabalhar.*

A sexualidade, então, vista como interdito, recebe intensas elucidações fantasiosas na sociedade, para que as crianças “não percebam” antecipadamente as “impurezas” existentes sobre o sexo.

Outro aspecto comum no cotidiano é o sexismo; os estereótipos referentes ao masculino e feminino, por exemplo, a cor rosa para as meninas e o azul para os meninos, ou, ainda, para elas se oferece o mundo doméstico, a maternidade e o embelezamento; já para eles, a competição, a agressividade e o raciocínio lógico. “Essas heranças culturais são transmitidas pela sociedade, ou seja, pela família, pelos amigos e pela escola. O que não quer dizer que sejam verdades, se entrarmos fundo no estudo da sexualidade humana” (BIAGIO, 2005, p. 33). As diferenças de gênero⁷ e as explicações infantilizadas, como, por exemplo, a origem do bebê, tornaram-se lugar comum. A escola também reproduz essas explicações ou, ainda, abstém-se diante das indagações infantis, por não saber lidar com estas. Nerea (1941), com base nos estudos de Freud, afirma que,

O que leva os adultos a observar essa conduta de dissimulação para com as crianças é, antes de tudo, a hipocrisia corrente, a própria má consciência formada a respeito da sexualidade e ainda uma certa ignorância teórica que pode ser devidamente remediada (NEREA, 1941, p. 14).

Nesse percurso de explicações fantasiosas, a curiosidade infantil é mais aguçada. As lacunas explicativas podem causar reações contrárias das esperadas pela escola e pela

⁶ Esta falta de conhecimento no que diz respeito à sexualidade infantil foi constatada pela autora deste artigo nos cursos e nas oficinas pedagógicas ministradas a professores da Rede Pública de Ensino Fundamental de municípios da região oeste do Paraná, no período de 2003 a 2005.

⁷ Aqui gênero refere-se às expectativas sociais em torno do ser homem ou mulher, e que variam de cultura para cultura e de época para época (DE BIAGIO, 2005, p. 34). Em síntese, gênero pode ser compreendido como sexo sociológico.

sociedade. No intento de proteger a criança do mundo do adulto e da adulta, escondemos a sexualidade, num esforço em vão, pois a mesma é uma das dimensões de nossa vida. Escondendo-a ou não, a sexualidade e suas manifestações encontrarão desvios para sabotar a sua pretensa invisibilidade na escola.

Para Freud, segundo Nerea (1941, p. 14), “ocultar os fatos da vida sexual como procedimento para conservar a pureza das crianças, é o que há de mais errado, pois só o fato de se lhes ocultar a verdade é incentivo para averiguações”. Somente esconderíamos a verdade sobre a vida sexual das crianças se essas vivessem totalmente isoladas da sociedade, da própria família, do espelho, dos brinquedos, inclusive, de si mesma.

Encontramos as manifestações da sexualidade nas ruas, nas novelas, nos filmes, nas revistas, em casa, dito de outra maneira, nos mais diversos espaços sociais. No entanto, a família constitui-se no lugar onde a natureza se objetiva e tem sido o núcleo de desenvolvimento da cultura, pois é nela que homens e mulheres nascem, vivem, se reproduzem e morrem, ocorrendo aí o processo de continuidade de formação das gerações. Portanto, concordamos que “[...] a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família” (FOUCAULT, 2005, p. 103). Em alguns casos, a influência da família no desenvolvimento da sexualidade infantil nem sempre produz consequências benéficas, pois, *os pais demonstram insegurança e medo a respeito da sexualidade e passam isso aos filhos, os quais muitas vezes chegam na escola com informações errôneas*. Nesse sentido, concordamos com Foucault, quando diz que,

[...] foi na família “burguesa”, ou “aristocrática”, que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional da correção (FOUCAULT, 2005, p. 114).

Considerando a família como primeiro local de educação sexual, cabe aos professores e às professoras abordarem a sexualidade a partir das imagens e das representações trazidas pelas crianças e pelos adolescentes, as quais são carregadas de significados e percepções construídas no convívio familiar. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola em torno da Orientação Sexual não tem a pretensão de substituir o papel da família.

Partimos da concepção que a sexualidade como elemento inerente a nossa vida em todas as faixas etárias, também, está presente na escola, mesmo quando esta se esquia daquela. “Seria então, a orientação sexual a única maneira de a sexualidade fazer-se presente na escola? Qualquer um que frequente ou tenha frequentado esse espaço poderá muito rapidamente responder negativamente essa questão” (ALTMANN e MARTINS, 2007, p. 132). No processo de escolarização, além da apropriação dos conteúdos escolares, a sexualidade e os corpos dos alunos e das alunas também são educados, através de pedagogias discretas e sutis, nem sempre explícitas. O espaço escolar, o horário, a distribuição das carteiras e dos alunos e alunas disciplinam ou, pelo menos, tentam discipliná-los. Isto nos permite supor que a escola marca a vida do aluno e da aluna muito mais pelos acontecimentos cotidianos do que pelos conteúdos programáticos.

A abordagem curricular da Orientação Sexual, explicitada nos PCNs, tem como preocupação central diminuir a gravidez precoce⁸ e o risco da contaminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis, principalmente a AIDS. Mas, ratificando posições destacadas no decorrer de nossa argumentação, será que a sexualidade se reduz apenas ao aspecto biológico, à saúde, à procriação, ao sexo? Entendemos que as questões relativas à sexualidade, ao corpo, aos desejos e ao sexo abarcam também as questões culturais, sociais, históricas, entre outras. Esses elementos se encontram na redação do documento, porém, transformam-se em retórica, uma vez que, o currículo se justifica pela ótica da saúde pública e moral sadia. A experiência tem nos revelado que,

[...] a abordagem da sexualidade numa propositura reducionista, curricular e restritiva, calcada em noções higiênicas e médicas tem mostrado seus limites para uma mudança ético-comportamental de cunho emancipatório, capaz de inferir responsabilidades sobre seus desdobramentos e conseqüências. Noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e o fenômeno humano de nascer revelam as incompreensões e os desencontros de uma mentalidade fria e cartorial, retrato desfocado de uma sociedade mecânica e deserotizada (NUNES e SILVA, 2000, p. 108).

⁸ “Historicamente, esses modos de classificar a gravidez nem sempre estiveram presentes. Houve épocas em que as mulheres engravidavam mais cedo, numa idade que hoje em dia seria considerada *precoce*. Assim, também a gravidez não pode ser vista como uma realidade imutável, mas, antes, resultado de um processo social e cultural” (ALTMANN e MARTINS, 2007, p. 144).

Outra controvérsia percebida, é a inexistência nos PCNs de manifestações da importância do prazer, questão intimamente relacionada à sexualidade. Ao contrário, a abordagem atribui demasiada atenção às precauções relativas ao sexo.

Nos PCNs, a vinculação entre sexualidade e prazer é mediada pela ideia da responsabilidade, o que reforça a perspectiva da saúde pública e da moral sadia orientadora do tema transversal. Dessa forma, o anúncio da possibilidade da vivência prazerosa da sexualidade pelos alunos (BRASIL, 2000) se constitui numa utopia, visto que, tal vivência é antes um risco do que uma forma efetiva de manifestação da sexualidade como significativa dimensão humana.

Na escola, o significado e a expressão do que seja responsabilidade ganha uma outra conotação, também problemática, quando o professor ou a professora, em sala de aula, expõe a imaturidade do aluno e da aluna e repreende as manifestações de suas sexualidades. O prazer fica sempre ligado à responsabilidade, mas uma responsabilidade que os alunos e as alunas não têm ao fazer algo que lhe é proibido: o sexo. Se eles e elas não têm responsabilidade, onde fica o prazer? Prazer este tão negado pela sociedade, não só aos adolescentes, mas para todos. Aliás, o prazer não é o objetivo fundamental da escola.

Existem escolas que compreendem palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, menstruação e higiene nesse período, como o trabalho direcionado a temática da sexualidade; outras entendem que tratam do tema quando “apenas fazem um atendimento pessoal, sigiloso com o aluno [a aluna] tipo ‘conversa com o diretor [com a diretora]’, ‘contato com os pais [e as mães]’, quando surgem comportamentos considerados inadequados” (GUIMARÃES, 1995, p. 19).

Em nossa concepção, o trabalho pedagógico com a temática da sexualidade ultrapassa episódios isolados, esporádicos, fortuitos. A escola necessita abordar com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições sociais no que diz respeito à sexualidade. Trata-se não apenas de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem, mas, principalmente, de criar a possibilidade de formar compreensões do que lhes é ou foi apresentado.

Os e as profissionais da escola, mesmo sem perceber, transmitem valores relacionados à sexualidade no seu trabalho, nas atitudes cotidianas, nas relações que estabelecem com os alunos e alunas, inclusive na forma de responder ou não às questões



mais simples trazidas por eles e elas, ou ainda, pela expressão corporal perante as indagações infantis. Por exemplo, se um professor ou uma professora defende que a relação sexual entre um homem e uma mulher deve ocorrer apenas após o casamento, ratificará valores específicos: relação heterossexual com sexo após o casamento, com o objetivo da procriação. Nas palavras de Louro (2008, p. 43) “uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas”. No entanto, se de um lado a escola é responsável por reproduzir cultura e comportamentos aceitos pela sociedade, por outro lado, “também pode ser um espaço de questionamento desses comportamentos. [...] a escola contém espaços de resistência, em que a criatividade e a sensibilidade representam possibilidades de problematização do seu papel” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 43).

A sexualidade envolve pessoas e, conseqüentemente, sentimentos que precisam ser percebidos e respeitados; também abarca crenças e valores construídos num determinado contexto social, cultural e histórico. Esses aspectos devem ser considerados nos debates de sexualidade na escola. O diálogo entre escola, aluno, aluna e família precisa se pautar no intercâmbio de ideias, de valores, de questionamentos e, não, no julgamento moral, como tem prevalecido. Uma das maiores dificuldades no trabalho com a sexualidade consiste exatamente nos *preconceitos e tabus gerados pelo assunto, tanto entre os professores, como entre os pais. Ambos não têm conhecimento sobre o assunto.*

Consideramos que os profissionais da educação necessitam conhecer os valores que orientam as vivências de suas sexualidades. Além disso, é necessário que esses profissionais identifiquem e revejam, ou assumam claramente, os preconceitos, os mitos, os tabus arraigados em suas concepções de sexualidade. Devem reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos antagônicos aos seus. Esse tipo de postura cria condições mais favoráveis ao esclarecimento, à informação e ao debate, sem a imposição de valores específicos.

A escola deve atentar para as díspares formas de expressão dos alunos e das alunas, que podem significar uma necessidade não verbalizada de discussão ou compreensão do tema sexualidade. Embora os depoimentos colhidos permitam identificar ações que demandam atitudes e interferências dos professores e das professoras em relação à sexualidade, tais intervenções carecem de uma compreensão ampla das manifestações da sexualidade, que são prazerosas e fazem parte do desenvolvimento saudável de todo ser humano.

A materialização da proposta da Orientação Sexual nas escolas, pautada numa concepção ampla de sexualidade, tem um fator essencial: a formação do professor. Uma das maiores *dificuldades é a preparação do professor, pois essa temática exige muito mais do que uma exposição teórica de algumas explicações orgânicas e funcionais...* Outra limitação que pode ser apontada *é a falta de material e atividades adequadas.* A ausência de uma ampla formação dos professores, de planejamento e de materiais apropriados incorre no risco de tornar o trabalho com a temática da sexualidade essencialmente repressivo e castrador, uma vez que, fica sujeito a noções pautadas no senso comum e carregadas de tabus e preconceitos.

Nesse sentido, concordamos com Nunes e Silva (2000, p. 65) quando afirmam que: “Ainda não temos oportunidades institucionais suficientes e condições materiais efetivas para preparar os professores que irão assumir os trabalhos escolares em sexualidade humana”. As redes de ensino necessitam de políticas de capacitação e formação de professores para o entendimento da sexualidade numa perspectiva ampla, conforme a defendida neste estudo.

Embora os próprios PCNs defendam a necessidade de formação específica dos educadores para a abordagem do tema da sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no seu trato (BRASIL, 2000, p. 123), percebemos que, passados quase dez anos da aprovação dos PCNs, há ainda uma certa resistência em incluir no currículo dos cursos de formação de professores a temática Orientação Sexual.

A sexualidade é inerente à vida humana e agora “oficialmente” incorporada no currículo escolar. Sendo assim, cabe aos profissionais da educação, juntamente com outras instituições sociais, definir de que compreensão de sexualidade se trata. Ultrapassar os muros da explicação biológica e superar o caráter mercadológico da sexualidade é um dos grandes desafios para o trabalho dessa temática nas escolas, especialmente para os investigadores e profissionais da educação que pressupõem a sexualidade como expressão de vida.

Referências bibliográficas

ALTMANN, Helena; MARTINS, José Carlos. Políticas da Sexualidade no Cotidiano Escolar. In: CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio (org.). **Cotidiano Escolar: emergência e invenção**. Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; CAMARGO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s)**. A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

DE BIAGIO, Rita. Meninas de azul, meninos de rosa. **Revista Criança**, n. 40, Ministério da Educação, set. 2005, p. 33-37.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na educação. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.



NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

NEREA, DR. J. Gómez. **Freud e as origens do sexo.** Tradução de Abguar Bastos. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Ltda., 1941.